

Curso preparatório - Concurso para Magistratura/SE  
**Resolução de Questões de Direito Processual Civil**

# Professor Rodrigo Salazar

professor.rodrigosalazar@gmail.com



@profrsalazar



[www.facebook.com/professorsalazar](http://www.facebook.com/professorsalazar)

**JUIZ SUBSTITUTO –**

**FCC - 2011 – TJ- PE**

**QUESTÃO 11**

*Examine o seguinte artigo de lei: “Cabe à parte propor a ação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da efetivação da medida cautelar, quando esta for concedida em procedimento preparatório”. De acordo com entendimento sumulado do STJ, a falta de propositura da ação nesse prazo de trinta dias acarretará:*

- A) nenhuma consequência processual, por se tratar de ato discricionário da parte beneficiada pela concessão da medida liminar.*
- B) a perda da eficácia da liminar deferida, somente, prosseguindo o processo cautelar em seus ulteriores termos.*
- C) perda da eficácia da liminar deferida e a extinção do processo cautelar.*
- D) a impossibilidade jurídica do ajuizamento posterior da ação principal, por perda do objeto e pela ausência de interesse processual de agir.*
- E) a manutenção da eficácia da liminar deferida, condicionada porém à prestação de caução real ou fidejussória a ser determinada pelo juiz.*

**Art. 806. Cabe à parte propor a ação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da efetivação da medida cautelar, quando esta for concedida em procedimento**

**Art. 808. Cessa a eficácia da medida cautelar:**

**I - se a parte não intentar a ação no prazo estabelecido no art. 806;**

**II - se não for executada dentro de 30 (trinta) dias;**

**III - se o juiz declarar extinto o processo principal, com ou sem julgamento do mérito.**

**Parágrafo único. Se por qualquer motivo cessar a medida, é defeso à parte repetir o pedido, salvo por novo fundamento.,**

**Súmula 482/STJ. Medida cautelar. Embargos de divergência. Ação cautelar preparatória. Ação principal. Não ajuizamento no prazo estabelecido pelo art. 806 do CPC. Extinção do processo. Precedentes do STJ. CPC, art. 808, I.**

**JUIZ SUBSTITUTO –**

**FCC - 2011 – TJ- PE**

**QUESTÃO 11**

*Examine o seguinte artigo de lei: “Cabe à parte propor a ação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da efetivação da medida cautelar, quando esta for concedida em procedimento preparatório”. De acordo com entendimento sumulado do STJ, a falta de propositura da ação nesse prazo de trinta dias acarretará:*

- A) nenhuma consequência processual, por se tratar de ato discricionário da parte beneficiada pela concessão da medida liminar.*
- B) a perda da eficácia da liminar deferida, somente, prosseguindo o processo cautelar em seus ulteriores termos.*
- C) perda da eficácia da liminar deferida e a extinção do processo cautelar.*
- D) a impossibilidade jurídica do ajuizamento posterior da ação principal, por perda do objeto e pela ausência de interesse processual de agir.*
- E) a manutenção da eficácia da liminar deferida, condicionada porém à prestação de caução real ou fidejussória a ser determinada pelo juiz.*

**JUIZ SUBSTITUTO –**

**FCC - 2011 – TJ- PE**

**QUESTÃO 11**

*Examine o seguinte artigo de lei: “Cabe à parte propor a ação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da efetivação da medida cautelar, quando esta for concedida em procedimento preparatório”. De acordo com entendimento sumulado do STJ, a falta de propositura da ação nesse prazo de trinta dias acarretará:*

- A) nenhuma consequência processual, por se tratar de ato discricionário da parte beneficiada pela concessão da medida liminar.*
- B) a perda da eficácia da liminar deferida, somente, prosseguindo o processo cautelar em seus ulteriores termos.*
- C) perda da eficácia da liminar deferida e a extinção do processo cautelar.*
- D) a impossibilidade jurídica do ajuizamento posterior da ação principal, por perda do objeto e pela ausência de interesse processual de agir.*
- E) a manutenção da eficácia da liminar deferida, condicionada porém à prestação de caução real ou fidejussória a ser determinada pelo juiz.*

*JUIZ SUBSTITUTO –*

*FCC - 2011 – TJ- PE*

**QUESTÃO 11**

*Examine o seguinte artigo de lei: “Cabe à parte propor a ação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da efetivação da medida cautelar, quando esta for concedida em procedimento preparatório”. De acordo com entendimento sumulado do STJ, a falta de propositura da ação nesse prazo de trinta dias acarretará:*

- A) nenhuma consequência processual, por se tratar de ato discricionário da parte beneficiada pela concessão da medida liminar.*
- B) a perda da eficácia da liminar deferida, somente, prosseguindo o processo cautelar em seus ulteriores termos.*
- C) perda da eficácia da liminar deferida e a extinção do processo cautelar.*
- D) a impossibilidade jurídica do ajuizamento posterior da ação principal, por perda do objeto e pela ausência de interesse processual de agir.*
- E) a manutenção da eficácia da liminar deferida, condicionada porém à prestação de caução real ou fidejussória a ser determinada pelo juiz.*



**JUIZ SUBSTITUTO –**

**FCC - 2011 – TJ- PE**

**QUESTÃO 11**

**Examine o seguinte artigo de lei: “Cabe à parte propor a ação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da efetivação da medida cautelar, quando esta for concedida em procedimento preparatório”. De acordo com entendimento sumulado do STJ, a falta de propositura da ação nesse prazo de trinta dias acarretará:**

- A) nenhuma consequência processual, por se tratar de ato discricionário da parte beneficiada pela concessão da medida liminar.**
- B) a perda da eficácia da liminar deferida, somente, prosseguindo o processo cautelar em seus ulteriores termos.**
- C) perda da eficácia da liminar deferida e a extinção do processo cautelar.**
- D) a impossibilidade jurídica do ajuizamento posterior da ação principal, por perda do objeto e pela ausência de interesse processual de agir.**
- E) a manutenção da eficácia da liminar deferida, condicionada porém à prestação de caução real ou fidejussória a ser determinada pelo juiz.**

**JUIZ SUBSTITUTO –**

**FCC - 2011 – TJ- PE**

**QUESTÃO 11**

**Examine o seguinte artigo de lei: “Cabe à parte propor a ação, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da efetivação da medida cautelar, quando esta for concedida em procedimento preparatório”. De acordo com entendimento sumulado do STJ, a falta de propositura da ação nesse prazo de trinta dias acarretará:**

- A) nenhuma consequência processual, por se tratar de ato discricionário da parte beneficiada pela concessão da medida liminar.**
- B) a perda da eficácia da liminar deferida, somente, prosseguindo o processo cautelar em seus ulteriores termos.**
- C) perda da eficácia da liminar deferida e a extinção do processo cautelar.**
- D) a impossibilidade jurídica do ajuizamento posterior da ação principal, por perda do objeto e pela ausência de interesse processual de agir.**
- E) a manutenção da eficácia da liminar deferida, condicionada porém à prestação de caução real ou fidejussória a ser determinada pelo juiz.**

**JUIZ SUBSTITUTO –**

**FCC - 2011 – TJ- PE**

**QUESTÃO 9**

**No tocante à liquidação, é correto afirmar que:**

**A) de sua decisão caberá apelação.**

**B) quando esta se der por artigos, haverá necessidade de alegar e provar fato novo para determinar o valor da condenação.**

**C) é sempre necessária, quando haja condenação em pecúnia.**

**D) é defensável que nela se discuta novamente a lide ou que se modifique a sentença que a julgou.**

**E) seu requerimento pressupõe a formação anterior e necessária de coisa julgada.**

***Art. 475-H. Da decisão de liquidação caberá agravo de instrumento.***

***Possibilidade de Saldo Zero na liquidação. Inexistência da Obrigação e inexistência de saldo a pagar.***

***Aplicação art. 475, §3º, CPC.***

***Art. 475-M. A impugnação não terá efeito suspensivo, podendo o juiz atribuir-lhe tal efeito desde que relevantes seus fundamentos e o prosseguimento da execução seja manifestamente suscetível de causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação.***

***§ 1º Ainda que atribuído efeito suspensivo à impugnação, é lícito ao exeqüente requerer o prosseguimento da execução, oferecendo e prestando caução suficiente e idônea, arbitrada pelo juiz e prestada nos próprios autos.***

***§ 2º Deferido efeito suspensivo, a impugnação será instruída e decidida nos próprios autos e, caso contrário, em autos apartados.***

***§ 3º A decisão que resolver a impugnação é recorrível mediante agravo de instrumento, salvo quando importar extinção da execução, caso em que caberá apelação.***

**JUIZ SUBSTITUTO –**

**FCC - 2011 – TJ- PE**

**QUESTÃO 9**

**No tocante à liquidação, é correto afirmar que:**

**A) de sua decisão caberá apelação.**

**B) quando esta se der por artigos, haverá necessidade de alegar e provar fato novo para determinar o valor da condenação.**

**C) é sempre necessária, quando haja condenação em pecúnia.**

**D) é defensável que nela se discuta novamente a lide ou que se modifique a sentença que a julgou.**

**E) seu requerimento pressupõe a formação anterior e necessária de coisa julgada.**

## **Formas de Liquidação de Sentença:**

### **-Cálculos:**

- **Art. 475-B. Quando a determinação do valor da condenação depender apenas de cálculo aritmético, o credor requererá o cumprimento da sentença, na forma do art. 475-J desta Lei, instruindo o pedido com a memória discriminada e atualizada do cálculo.**

### **-Artigos:**

- **Art. 475-E. Far-se-á a liquidação por artigos, quando, para determinar o valor da condenação, houver necessidade de alegar e provar fato novo.**

### **-Arbitramento:**

- **Art. 475-C. Far-se-á a liquidação por arbitramento quando:**
- **I – determinado pela sentença ou convencionado pelas partes;**
- **II – o exigir a natureza do objeto da liquidação**

*JUIZ SUBSTITUTO –*

*FCC - 2011 – TJ- PE*

**QUESTÃO 9**

*No tocante à liquidação, é correto afirmar que:*

*A) de sua decisão caberá apelação.*

*B) quando esta se der por artigos, haverá necessidade de alegar e provar fato novo para determinar o valor da condenação.*

*C) é sempre necessária, quando haja condenação em pecúnia.*

*D) é defensável que nela se discuta novamente a lide ou que se modifique a sentença que a julgou.*

*E) seu requerimento pressupõe a formação anterior e necessária de coisa julgada.*

**JUIZ SUBSTITUTO –**

**FCC - 2011 – TJ- PE**

**QUESTÃO 9**

*No tocante à liquidação, é correto afirmar que:*

*A) de sua decisão caberá apelação.*

*B) quando esta se der por artigos, haverá necessidade de alegar e provar fato novo para determinar o valor da condenação.*

*C) é sempre necessária, quando haja condenação em pecúnia.*

*D) é defensável que nela se discuta novamente a lide ou que se modifique a sentença que a julgou.*

*E) seu requerimento pressupõe a formação anterior e necessária de coisa julgada.*



***Não existe sempre a necessidade.***

***Art. 475-A. Quando a sentença não determinar o valor devido, procede-se à sua liquidação.***

***Casos que possibilitam sentenças ilíquidas:***

***Art. 460. É defeso ao juiz proferir sentença, a favor do autor, de natureza diversa da pedida, bem como condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado.***

***Parágrafo único. A sentença deve ser certa, ainda quando decida relação jurídica condicional***

***Art. 286. O pedido deve ser certo ou determinado. É lícito, porém, formular pedido genérico:***

***I - nas ações universais, se não puder o autor individuar na petição os bens demandados;***

***II - quando não for possível determinar, de modo definitivo, as conseqüências do ato ou do fato ilícito;***

***III - quando a determinação do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu***

**JUIZ SUBSTITUTO –**

**FCC - 2011 – TJ- PE**

**QUESTÃO 9**

**No tocante à liquidação, é correto afirmar que:**

**A) de sua decisão caberá apelação.**

**B) quando esta se der por artigos, haverá necessidade de alegar e provar fato novo para determinar o valor da condenação.**

**C) é sempre necessária, quando haja condenação em pecúnia.**

**D) é defensável que nela se discuta novamente a lide ou que se modifique a sentença que a julgou.**

**E) seu requerimento pressupõe a formação anterior e necessária de coisa julgada.**

***Art. 475-G. É defeso, na liquidação, discutir de novo a lide ou modificar a sentença que a julgou.  
Problema do Saldo Zero em Liquidação.***

**JUIZ SUBSTITUTO –**

**FCC - 2011 – TJ- PE**

**QUESTÃO 9**

**No tocante à liquidação, é correto afirmar que:**

**A) de sua decisão caberá apelação.**

**B) quando esta se der por artigos, haverá necessidade de alegar e provar fato novo para determinar o valor da condenação.**

**C) é sempre necessária, quando haja condenação em pecúnia.**

**D) é defensável que nela se discuta novamente a lide ou que se modifique a sentença que a julgou.**

**E) seu requerimento pressupõe a formação anterior e necessária de coisa julgada.**

***Desnecessidade de trânsito em julgado.***

***Art. 475-A. Quando a sentença não determinar o valor devido, procede-se à sua liquidação.***

***§ 1º Do requerimento de liquidação de sentença será a parte intimada, na pessoa de seu advogado.***

***§ 2º A liquidação poderá ser requerida na pendência de recurso, processando-se em autos apartados, no juízo de origem, cumprindo ao liquidante instruir o pedido com cópias das peças processuais pertinentes.***

**JUIZ SUBSTITUTO**

**FCC - 2015 – TJ- SC**

**QUESTÃO 8**

**Enunciado sumular correto, em matéria processual:**

**A) A liquidação por forma diversa da estabelecida na sentença ofende a coisa julgada.**

**B) O instrumento de confissão de dívida, salvo se originário de contrato de abertura de crédito, constitui título executivo extrajudicial.**

**C) Formulado pedido certo e determinado, somente o autor tem interesse recursal em arguir o vício da sentença ilíquida.**

**D) É incabível ação monitória contra a Fazenda Pública, mas admissível se fundada em cheque prescrito.**

**E) É provisória a execução de título extrajudicial, desde que pendente apelação contra sentença que julgue improcedentes os embargos.**

***Súmula 344 do STJ:***

***A liquidação por forma diversa da estabelecida na sentença não ofende a coisa julgada .***

**JUIZ SUBSTITUTO**

**FCC - 2015 – TJ- SC**

**QUESTÃO 8**

***Enunciado sumular correto, em matéria processual:***

***A) A liquidação por forma diversa da estabelecida na sentença ofende a coisa julgada.***

***B) O instrumento de confissão de dívida, salvo se originário de contrato de abertura de crédito, constitui título executivo extrajudicial.***

***C) Formulado pedido certo e determinado, somente o autor tem interesse recursal em arguir o vício da sentença ilíquida.***

***D) É incabível ação monitória contra a Fazenda Pública, mas admissível se fundada em cheque prescrito.***

***E) É provisória a execução de título extrajudicial, desde que pendente apelação contra sentença que julgue improcedentes os embargos.***



***Súmula 300 do STJ:***

***O instrumento de confissão de dívida, ainda que originário de contrato de abertura de crédito, constitui título executivo extrajudicial.***

**JUIZ SUBSTITUTO**

**FCC - 2015 – TJ- SC**

**QUESTÃO 8**

*Enunciado sumular correto, em matéria processual:*

- A) A liquidação por forma diversa da estabelecida na sentença ofende a coisa julgada.*
- B) O instrumento de confissão de dívida, salvo se originário de contrato de abertura de crédito, constitui título executivo extrajudicial.*
- C) Formulado pedido certo e determinado, somente o autor tem interesse recursal em arguir o vício da sentença ilíquida.*
- D) É incabível ação monitória contra a Fazenda Pública, mas admissível se fundada em cheque prescrito.*
- E) É provisória a execução de título extrajudicial, desde que pendente apelação contra sentença que julgue improcedentes os embargos.*

***Súmula 318 do STJ:***

***Formulado pedido certo e determinado, somente o autor tem interesse recursal em argüir o vício da sentença ilíquida.***

**JUIZ SUBSTITUTO**

**FCC - 2015 – TJ- SC**

**QUESTÃO 8**

*Enunciado sumular correto, em matéria processual:*

- A) A liquidação por forma diversa da estabelecida na sentença ofende a coisa julgada.*
- B) O instrumento de confissão de dívida, salvo se originário de contrato de abertura de crédito, constitui título executivo extrajudicial.*
- C) Formulado pedido certo e determinado, somente o autor tem interesse recursal em arguir o vício da sentença ilíquida.*
- D) É incabível ação monitória contra a Fazenda Pública, mas admissível se fundada em cheque prescrito.*
- E) É provisória a execução de título extrajudicial, desde que pendente apelação contra sentença que julgue improcedentes os embargos.*

**JUIZ SUBSTITUTO**

**FCC - 2015 – TJ- SC**

**QUESTÃO 8**

*Enunciado sumular correto, em matéria processual:*

*A) A liquidação por forma diversa da estabelecida na sentença ofende a coisa julgada.*

*B) O instrumento de confissão de dívida, salvo se originário de contrato de abertura de crédito, constitui título executivo extrajudicial.*

*C) Formulado pedido certo e determinado, somente o autor tem interesse recursal em arguir o vício da sentença ilíquida.*

*D) É incabível ação monitória contra a Fazenda Pública, mas admissível se fundada em cheque prescrito.*

*E) É provisória a execução de título extrajudicial, desde que pendente apelação contra sentença que julgue improcedentes os embargos.*

***Súmula 299 do STJ:***

***É admissível a ação monitória fundada em cheque prescrito.***

***Súmula 339 do STJ:***

***É cabível ação monitória contra a Fazenda Pública.***

**JUIZ SUBSTITUTO**

**FCC - 2015 – TJ- SC**

**QUESTÃO 8**

*Enunciado sumular correto, em matéria processual:*

- A) A liquidação por forma diversa da estabelecida na sentença ofende a coisa julgada.*
- B) O instrumento de confissão de dívida, salvo se originário de contrato de abertura de crédito, constitui título executivo extrajudicial.*
- C) Formulado pedido certo e determinado, somente o autor tem interesse recursal em arguir o vício da sentença ilíquida.*
- D) É incabível ação monitória contra a Fazenda Pública, mas admissível se fundada em cheque prescrito.*
- E) É provisória a execução de título extrajudicial, desde que pendente apelação contra sentença que julgue improcedentes os embargos.*

***Súmula 317 STJ:***

***É definitiva a execução de título extrajudicial, ainda que pendente apelação contra sentença que julgue improcedentes os embargos.***

***Cuidado!***

***Art. 587. É definitiva a execução fundada em título extrajudicial; é provisória enquanto pendente apelação da sentença de improcedência dos embargos do executado, quando recebidos com efeito suspensivo (art. 739).***



**JUIZ SUBSTITUTO –**

**FCC - 2011 – TJ- PE**

**QUESTÃO 7**

***São títulos executivos extrajudiciais, EXCETO:***

***A) O contrato de abertura de crédito, desde que acompanhado de extrato da conta-corrente.***

***B) a letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, a debênture e o cheque.***

***C) o crédito decorrente de foro e laudêmio.***

***D) o crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio.***

***E) os contratos garantidos por hipoteca, penhor, anticrese e caução, bem como os de seguro de vida.***

***Súmula 233 do STJ: o contrato de abertura de crédito ainda que acompanhado de extrato da conta corrente, não é título executivo***

**JUIZ SUBSTITUTO –**

**FCC - 2011 – TJ- PE**

**QUESTÃO 7**

***São títulos executivos extrajudiciais, EXCETO:***

***A) O contrato de abertura de crédito, desde que acompanhado de extrato da conta-corrente.***

***B) a letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, a debênture e o cheque.***

***C) o crédito decorrente de foro e laudêmio.***

***D) o crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio.***

***E) os contratos garantidos por hipoteca, penhor, anticrese e caução, bem como os de seguro de vida.***

**JUIZ SUBSTITUTO –**

**FCC - 2011 – TJ- PE**

**QUESTÃO 7**

***São títulos executivos extrajudiciais, EXCETO:***

***A) O contrato de abertura de crédito, desde que acompanhado de extrato da conta-corrente.***

***B) a letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, a debênture e o cheque.***

***C) o crédito decorrente de foro e laudêmio.***

***D) o crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio.***

***E) os contratos garantidos por hipoteca, penhor, anticrese e caução, bem como os de seguro de vida.***

**Art. 585. São títulos executivos extrajudiciais:**

***I - a letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, a debênture e o cheque;***

***II - a escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor; o documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas; o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelos advogados dos transatores;***

***III - os contratos garantidos por hipoteca, penhor, anticrese e caução, bem como os de seguro de vida;***

***IV - o crédito decorrente de foro e laudêmio;***

***V - o crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio;***

***VI - o crédito de serventuário de justiça, de perito, de intérprete, ou de tradutor, quando as custas, emolumentos ou honorários forem aprovados por decisão judicial;***

***VII - a certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei;***

***VIII - todos os demais títulos a que, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva.***

**JUIZ SUBSTITUTO –**

**FCC - 2011 – TJ- PE**

**QUESTÃO 7**

***São títulos executivos extrajudiciais, EXCETO:***

***A) O contrato de abertura de crédito, desde que acompanhado de extrato da conta-corrente.***

***B) a letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, a debênture e o cheque.***

***C) o crédito decorrente de foro e laudêmio.***

***D) o crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio.***

***E) os contratos garantidos por hipoteca, penhor, anticrese e caução, bem como os de seguro de vida.***

**Art. 585. São títulos executivos extrajudiciais:**

***I - a letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, a debênture e o cheque;***

***II - a escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor; o documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas; o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelos advogados dos transatores;***

***III - os contratos garantidos por hipoteca, penhor, anticrese e caução, bem como os de seguro de vida;***

***IV - o crédito decorrente de foro e laudêmio;***

***V - o crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio;***

***VI - o crédito de serventuário de justiça, de perito, de intérprete, ou de tradutor, quando as custas, emolumentos ou honorários forem aprovados por decisão judicial;***

***VII - a certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei;***

***VIII - todos os demais títulos a que, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva.***

**JUIZ SUBSTITUTO –**

**FCC - 2011 – TJ- PE**

**QUESTÃO 7**

***São títulos executivos extrajudiciais, EXCETO:***

***A) O contrato de abertura de crédito, desde que acompanhado de extrato da conta-corrente.***

***B) a letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, a debênture e o cheque.***

***C) o crédito decorrente de foro e laudêmio.***

***D) o crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio.***

***E) os contratos garantidos por hipoteca, penhor, anticrese e caução, bem como os de seguro de vida.***



**Art. 585. São títulos executivos extrajudiciais:**

***I - a letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, a debênture e o cheque;***

***II - a escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor; o documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas; o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelos advogados dos transatores;***

***III - os contratos garantidos por hipoteca, penhor, anticrese e caução, bem como os de seguro de vida;***

***IV - o crédito decorrente de foro e laudêmio;***

***V - o crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio;***

***VI - o crédito de serventário de justiça, de perito, de intérprete, ou de tradutor, quando as custas, emolumentos ou honorários forem aprovados por decisão judicial;***

***VII - a certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei;***

***VIII - todos os demais títulos a que, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva.***

**JUIZ SUBSTITUTO –**

**FCC - 2011 – TJ- PE**

**QUESTÃO 7**

***São títulos executivos extrajudiciais, EXCETO:***

***A) O contrato de abertura de crédito, desde que acompanhado de extrato da conta-corrente.***

***B) a letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, a debênture e o cheque.***

***C) o crédito decorrente de foro e laudêmio.***

***D) o crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio.***

***E) os contratos garantidos por hipoteca, penhor, anticrese e caução, bem como os de seguro de vida.***

**Art. 585. São títulos executivos extrajudiciais:**

***I - a letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, a debênture e o cheque;***

***II - a escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor; o documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas; o instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública ou pelos advogados dos transatores;***

***III - os contratos garantidos por hipoteca, penhor, anticrese e caução, bem como os de seguro de vida;***

***IV - o crédito decorrente de foro e laudêmio;***

***V - o crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio;***

***VI - o crédito de serventuário de justiça, de perito, de intérprete, ou de tradutor, quando as custas, emolumentos ou honorários forem aprovados por decisão judicial;***

***VII - a certidão de dívida ativa da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei;***

***VIII - todos os demais títulos a que, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva.***

**JUIZ SUBSTITUTO –**

**FCC - 2011 – TJ- PE**

**QUESTÃO 8**

***Os embargos do devedor:***

***A) referem-se à defesa a ser oferecida no cumprimento de sentença.***

***B) serão oferecidos no prazo de quinze dias, contados da data da citação do devedor.***

***C) se opostos quando garantido o Juízo, como regra serão recebidos no duplo efeito.***

***D) serão rejeitados liminarmente quando intempestivos, quando inepta a petição inicial ou quando manifestamente protelatórios.***

***E) recebidos com efeito suspensivo, não impedirão a efetivação dos atos de penhora, avaliação e alienação dos bens.***

***Defesa do Executado:***

***Impugnação***

***Embargos do devedor***

***Art. 475-J. Caso o devedor, condenado ao pagamento de quantia certa ou já fixada em liquidação, não o efetue no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento e, a requerimento do credor e observado o disposto no art. 614, inciso II, desta Lei, expedir-se-á mandado de penhora e avaliação. (Incluído pela Lei nº 11.232, de 2005)***

***§ 1º Do auto de penhora e de avaliação será de imediato intimado o executado, na pessoa de seu advogado (arts. 236 e 237), ou, na falta deste, o seu representante legal, ou pessoalmente, por mandado ou pelo correio, podendo oferecer impugnação, querendo, no prazo de quinze dias. (Incluído pela Lei nº 11.232, de 2005)***

**JUIZ SUBSTITUTO –**

**FCC - 2011 – TJ- PE**

**QUESTÃO 8**

***Os embargos do devedor:***

***A) referem-se à defesa a ser oferecida no cumprimento de sentença.***

***B) serão oferecidos no prazo de quinze dias, contados da data da citação do devedor.***

***C) se opostos quando garantido o Juízo, como regra serão recebidos no duplo efeito.***

***D) serão rejeitados liminarmente quando intempestivos, quando inepta a petição inicial ou quando manifestamente protelatórios.***

***E) recebidos com efeito suspensivo, não impedirão a efetivação dos atos de penhora, avaliação e alienação dos bens.***

***Art. 738. Os embargos serão oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação. (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006).***



**JUIZ SUBSTITUTO –**

**FCC - 2011 – TJ- PE**

**QUESTÃO 8**

***Os embargos do devedor:***

***A) referem-se à defesa a ser oferecida no cumprimento de sentença.***

***B) serão oferecidos no prazo de quinze dias, contados da data da citação do devedor.***

***C) se opostos quando garantido o Juízo, como regra serão recebidos no duplo efeito.***

***D) serão rejeitados liminarmente quando intempestivos, quando inepta a petição inicial ou quando manifestamente protelatórios.***

***E) recebidos com efeito suspensivo, não impedirão a efetivação dos atos de penhora, avaliação e alienação dos bens.***

**Art. 739-A. Os embargos do executado não terão efeito suspensivo.**

**§1o O juiz poderá, a requerimento do embargante, atribuir efeito suspensivo aos embargos quando, sendo relevantes seus fundamentos, o prosseguimento da execução manifestamente possa causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação, e desde que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes. (Incluído pela Lei nº 11.382, de 2006).**

**§ 2o A decisão relativa aos efeitos dos embargos poderá, a requerimento da parte, ser modificada ou revogada a qualquer tempo, em decisão fundamentada, cessando as circunstâncias que a motivaram. (Incluído pela Lei nº 11.382, de 2006).**

**§ 3o Quando o efeito suspensivo atribuído aos embargos disser respeito apenas a parte do objeto da execução, essa prosseguirá quanto à parte restante. (Incluído pela Lei nº 11.382, de 2006).**

**§ 4o A concessão de efeito suspensivo aos embargos oferecidos por um dos executados não suspenderá a execução contra os que não embargaram, quando o respectivo fundamento disser respeito exclusivamente ao embargante. (Incluído pela Lei nº 11.382, de 2006).**

**§ 5o Quando o excesso de execução for fundamento dos embargos, o embargante deverá declarar na petição inicial o valor que entende correto, apresentando memória do cálculo, sob pena de rejeição liminar dos embargos ou de não conhecimento desse fundamento. (Incluído pela Lei nº 11.382, de 2006).**

**§ 6o A concessão de efeito suspensivo não impedirá a efetivação dos atos de penhora e de avaliação dos bens. (Incluído pela Lei nº 11.382, de 2006).**

**JUIZ SUBSTITUTO –**

**FCC - 2011 – TJ- PE**

**QUESTÃO 8**

***Os embargos do devedor:***

***A) referem-se à defesa a ser oferecida no cumprimento de sentença.***

***B) serão oferecidos no prazo de quinze dias, contados da data da citação do devedor.***

***C) se opostos quando garantido o Juízo, como regra serão recebidos no duplo efeito.***

***D) serão rejeitados liminarmente quando intempestivos, quando inepta a petição inicial ou quando manifestamente protelatórios.***

***E) recebidos com efeito suspensivo, não impedirão a efetivação dos atos de penhora, avaliação e alienação dos bens.***

***Art. 739. O juiz rejeitará liminarmente os embargos:***

***I - quando intempestivos; (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006).***

***II - quando inepta a petição (art. 295); ou (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006).***

***III - quando manifestamente protelatórios. (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006).***

*JUIZ SUBSTITUTO –*

*FCC - 2011 – TJ- PE*

**QUESTÃO 8**

*Os embargos do devedor:*

*A) referem-se à defesa a ser oferecida no cumprimento de sentença.*

*B) serão oferecidos no prazo de quinze dias, contados da data da citação do devedor.*

*C) se opostos quando garantido o Juízo, como regra serão recebidos no duplo efeito.*

*D) serão rejeitados liminarmente quando intempestivos, quando inepta a petição inicial ou quando manifestamente protelatórios.*

*E) recebidos com efeito suspensivo, não impedirão a efetivação dos atos de penhora, avaliação e alienação dos bens.*

**JUIZ SUBSTITUTO –**

**FCC - 2011 – TJ- PE**

**QUESTÃO 8**

***Os embargos do devedor:***

***A) referem-se à defesa a ser oferecida no cumprimento de sentença.***

***B) serão oferecidos no prazo de quinze dias, contados da data da citação do devedor.***

***C) se opostos quando garantido o Juízo, como regra serão recebidos no duplo efeito.***

***D) serão rejeitados liminarmente quando intempestivos, quando inepta a petição inicial ou quando manifestamente protelatórios.***

***E) recebidos com efeito suspensivo, não impedirão a efetivação dos atos de penhora, avaliação e alienação dos bens.***

**JUIZ SUBSTITUTO –**

**FCC - 2011 – TJ- PE**

**QUESTÃO 8**

***Os embargos do devedor:***

***A) referem-se à defesa a ser oferecida no cumprimento de sentença.***

***B) serão oferecidos no prazo de quinze dias, contados da data da citação do devedor.***

***C) se opostos quando garantido o Juízo, como regra serão recebidos no duplo efeito.***

***D) serão rejeitados liminarmente quando intempestivos, quando inepta a petição inicial ou quando manifestamente protelatórios.***

***E) recebidos com efeito suspensivo, não impedirão a efetivação dos atos de penhora, avaliação e alienação dos bens.***

**Art. 739-A. Os embargos do executado não terão efeito suspensivo.**

**§1o O juiz poderá, a requerimento do embargante, atribuir efeito suspensivo aos embargos quando, sendo relevantes seus fundamentos, o prosseguimento da execução manifestamente possa causar ao executado grave dano de difícil ou incerta reparação, e desde que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes. (Incluído pela Lei nº 11.382, de 2006).**

**§ 2o A decisão relativa aos efeitos dos embargos poderá, a requerimento da parte, ser modificada ou revogada a qualquer tempo, em decisão fundamentada, cessando as circunstâncias que a motivaram. (Incluído pela Lei nº 11.382, de 2006).**

**§ 3o Quando o efeito suspensivo atribuído aos embargos disser respeito apenas a parte do objeto da execução, essa prosseguirá quanto à parte restante. (Incluído pela Lei nº 11.382, de 2006).**

**§ 4o A concessão de efeito suspensivo aos embargos oferecidos por um dos executados não suspenderá a execução contra os que não embargaram, quando o respectivo fundamento disser respeito exclusivamente ao embargante. (Incluído pela Lei nº 11.382, de 2006).**

**§ 5o Quando o excesso de execução for fundamento dos embargos, o embargante deverá declarar na petição inicial o valor que entende correto, apresentando memória do cálculo, sob pena de rejeição liminar dos embargos ou de não conhecimento desse fundamento. (Incluído pela Lei nº 11.382, de 2006).**

**§ 6o A concessão de efeito suspensivo não impedirá a efetivação dos atos de penhora e de avaliação dos bens. (Incluído pela Lei nº 11.382, de 2006).**



***Bons estudos!***